



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 007/2010
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9 Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e dez, às 09:33 (nove horas e trinta e três minutos)
10 teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a ducentésima sexagésima
11 quarta reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Omar Azambuja
12 Condotta como Presidente, e Adelto Rohr como Secretário ad hoc. Também estiveram presentes os
13 conselheiros titulares, Alexandre Dias Abreu, Carlos Adolfo Bernd, Cláudio Meirelles Lago, Gilmar
14 Cardozo dos Santos, Liége Mentz, Lourdes Veneranda Camaratta, Marcos Antônio Saraçol Pereira,
15 Maria Luiza Zanotta Urbanetto, Maris Regina Vieira Honaiser, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima
16 Mousquer e Vera Anita Silva da Conceição, e os conselheiros suplentes, Carlos Leandro Ransan, Cleida
17 Maria da Cunha Feijó Gomes, João Carlos Prates, Marisa Ney Santos de Pinho, Antônio da Motta
18 Gonçalves, Idalina Fagundes Venturini e Alexandre Miguel. Aberta a reunião, passou-se imediatamente
19 à leitura da ata da reunião anterior, que após retificações, foi aprovada. No espaço para informes, o
20 conselheiro Sérgio Brum, salientou a realização, neste dia, às onze horas, de ato público no Paço
21 Municipal, promovido pelo Sindicato dos Municipários, e da importância da participação dos servidores
22 no evento. Também colocou haver um movimento dos médicos por melhores salários e dos servidores
23 da Fazenda pela diferença da GRFPO. Disse que até o dia 08/04/2010 a ASTEC fará reuniões nos
24 núcleos para montar a pauta de reivindicações que será levada à assembléia do SIMPA. A conselheira
25 Sueli informou ter ocorrido na semana passada, na CMPA, uma reunião dos servidores com alguns
26 vereadores com a finalidade de pedir o apoio dos mesmos em relação à pauta de reivindicações dos
27 municipais. Na ocasião foram mostrados contracheques que comprovaram a situação de baixos
28 salários, principalmente dos padrões mais baixos da categoria. O presidente Omar colocou que há o
29 indicativo de greve dos médicos do Município para o dia 18/04/2010. Passou-se, então à pauta do dia,
30 apreciação do processo nº 001.005623.09.0, que versa sobre a extinção e criação de cargos no
31 PREVIMPA. Em função de atraso do conselheiro Alexandre Abreu, que pediu vistas ao processo, o
32 presidente Omar disse que adiantava uma proposta para a solução da questão, que seria a criação dos
33 vinte e cinco cargos de assistente administrativo e que não se propusesse a extinção de nenhum cargo.
34 Ponderou que o problema não é financeiro, fato que o PREVIMPA tem sobra de taxa de administração
35 todo mês, que acaba sendo devolvida ao governo para pagamento de benefício. Explicou que essa
36 questão é de gestão. Sugere a preservação dos cargos, pois no futuro se outro governo decidir pelo
37 provimento dos mesmos, assim poderá fazê-lo. A conselheira Maris disse ser louvável a sugestão do
38 presidente Omar, mas colocou que é o momento de rever o papel dos conselheiros, haja vista que fazer
39 a proposta é função do Diretor-Geral, e ao Conselho cabe apreciar. O conselheiro Adelto ponderou não
40 haver repercussão na Lei de Responsabilidade Fiscal a sugestão de criação dos vinte e cinco cargos,
41 pois a repercussão dar-se-á somente a partir da nomeação, e que a criação de cargos sem extinção já
42 ocorreu em outras secretarias onde foram terceirizados os serviços, mas não foram extintos os cargos.
43 Disse que os servidores não concordam com a extinção de cargos e que os conselheiros do PREVIMPA
44 no futuro seriam responsabilizados caso dessem o aval para essa extinção. A conselheira Liége explicou
45 que na época, antes da contratação desse serviço, foi solicitado guarda municipal à centralizada e
46 ninguém quis vir cedido para o PREVIMPA, pois perderia as horas extras, e não havia concurso aberto
47 à época. O conselheiro Cláudio Lago disse ficar preocupado quando se afirma que se devolve à PMPA
48 o dinheiro excedente da taxa de administração, quando se poderia gastá-lo. Explicou que não é
49 devolução, pois é um dinheiro que se deixa de gastar, pois o PREVIMPA economizou esse dinheiro não
50 assumindo novas dívidas, repercutindo, assim, que no futuro seja mais fácil pagar as contas. Colocou,
51 ainda, que constou na ata anterior que é favorável à terceirização e não foi isso que falou. O conselheiro
52 Gilmar disse que em relação ao cargo de telefonista, quando foi criado, tudo era manual e que é

53 discutível a permanência do cargo, e que em relação ao cargo de exator, não sabe da necessidade de se
 54 manter o cargo, entretanto, no caso de administrador, há um concurso aberto e a extinção poderá até
 55 mesmo demandar uma questão jurídica dos candidatos classificados, embora se pudesse alegar a Lei de
 56 Responsabilidade Fiscal para o não provimento do cargo. Em relação aos guardas, defende que sejam
 57 servidores do Município, pois a vigilância terceirizada já apresentou problemas no PREVIMPA. A
 58 conselheira Sueli colocou que o parecer da conselheira Lourdes faz referência à economia que se faz
 59 quando se terceiriza um serviço, mas explicou que o gasto com o provimento de cargos não é um gasto
 60 irresponsável, pois o PREVIMPA é quem diz que há a necessidade dos vinte e cinco cargos de
 61 assistente administrativo, e, como existe verba, então, deve-se usá-la. O conselheiro Alexandre Abreu
 62 desculpou-se pelo atraso, que foi involuntário. Elogiou a conselheira Lourdes pelo trabalho muito bem
 63 desenvolvido, mas colocou que lhe parecia evidente que não havia necessidade de extinguir cargos para
 64 a criação de outros. Explicou que ainda buscava alguns elementos para a conclusão da sua análise e
 65 solicitou mais uma sessão para a finalização da mesma. Disse ter observado algumas inconsistências no
 66 processo, pois não constou no mesmo o que é gasto hoje pelo PREVIMPA com os serviços
 67 terceirizados de limpeza e vigilância, para que se possa fazer uma relação desses gastos com a extinção
 68 e criação de novos cargos. Disse que se poderia solucionar a questão caso o Conselho chegasse a um
 69 acordo no sentido da criação dos vinte e cinco cargos de assistente administrativo sem extinguir os
 70 outros, exceto em relação ao cargo de telefonista, que, afirmou ter sido superado pela tecnologia. A
 71 conselheira Maria Luiza disse que não haveria problema em se enviar projeto à CMPA para a criação de
 72 cargos, entretanto, a criação de cargos com a extinção de outros fica muito mais justificado para o
 73 Legislativo e exemplificou que na SMA sempre se usou essa justificativa para a criação de novos
 74 cargos. O conselheiro Adelto reiterou a sua posição no sentido da responsabilidade que tem o Conselho
 75 ao propor extinção de cargo público. Disse que a qualidade dos serviços terceirizados não é a mesma,
 76 pois constatou isso durante o período que esteve atuando no PREVIMPA, com troca constante do
 77 pessoal das empresas contratadas. Questionou qual é a relação de trabalho dessas pessoas com a
 78 empresa ou cooperativa. Colocou que quando se discute a questão do comprometimento da
 79 aposentadoria do servidor em relação aos gastos do PREVIMPA, também não se deve esquecer que
 80 todos os cidadãos pagam a conta das aposentadorias do INSS, pois já está tributado pelas empresas
 81 naquilo que se consome no mercado. O presidente Omar colocou ao colegiado a proposta do
 82 conselheiro Alexandre Abreu. O conselheiro Cláudio Lago disse que o que deve ser votado pelo
 83 Conselho é o parecer da relatora Lourdes. O conselheiro Sérgio Brum concordou com o conselheiro
 84 Lago, e ponderou que o Diretor-Geral do PREVIMPA poderia enviar ao Conselho outra proposta se
 85 fosse o caso. Frente ao colocado, o conselheiro Alexandre Abreu solicitou ao presidente que
 86 formalizasse pedido junto à Direção do PREVIMPA para que fosse informado, quais os valores gastos
 87 com os serviços terceirizados de limpeza e vigilância, a fim de concluir a sua análise. Ficou acordado
 88 que o assunto volta à pauta na próxima reunião. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião às
 89 10:27 (dez horas e vinte e sete minutos) e foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim Adelto
 90 Rohr, conselheiro/secretário de mesa e pelos demais presentes.

91

92

93

94

95 Omar Azambuja Condotta – Presidente

Adelto Rohr - Secretário

96

97

98

99

100 Alexandre Dias Abreu

Cláudio Meirelles Lago

101

102

103

104

105 Carlos Adolfo Bernd

Idalina Fagundes Venturini

106

107		
108		
109		
110	Lourdes Veneranda Camaratta	Liége Mentz
111		
112		
113		
114		
115	Marcos Antônio Saraçol Pereira	Sérgio Luiz Brum
116		
117		
118		
119		
120	Marisa Ney santos de Pinho	Sueli da Fátima Mousquer
121		
122		
123		
124		
125	João Carlos Prates	Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes
126		
127		
128		
129		
130	Maria Luiza Zanotta Urbanetto	Maris Regina Vieira Honaiser
131		
132		
133		
134		
135	Gilmar Cardozo dos Santos	Carlos Leandro Ransan
136		
137		
138		
139		
140	Antônio da Motta Gonçalves	Alexandre Miguel
141		
142		
143		
144		
145	Vera Anita Silva da Conceição	
146		
147		
148		
149		
150		
151		
152		
153		
154		
155		
156		
157		
158		
159		
160		